

Acesso à mercados e barreiras econômicas

Alexandre Garrido *

Ambiente econômico atual imprime um grau de interdependência entre as economias dos países e entre as empresas, de tal ordem que o mercado externo e o interno convivem hoje de forma indissociável. A inserção dos países é feita cuidadosamente, de modo a conciliar um conjunto complexo de interesses. Da mesma maneira que se busca ampliar as fronteiras comerciais com o objetivo de gerar riqueza, os países tendem a proteger suas economias.

Em paralelo, no mundo todo, os consumidores assumem um novo perfil e querem respostas para questões como:

- O que estão comendo?
- Quem e como produziu?
- O meio ambiente foi respeitado?
- Há ética no negócio?
- É prejudicial à saúde?

Nesse contexto, as normas técnicas e outros mecanismos associados (certificação) passam a ser peça central das nos temas de acesso a mercados. Esta tendência tem como consequência a multiplicação de discussões relativas à normalização, com a participação dos negociadores comerciais. Assim, o tema das normas é discutido no âmbito das negociações regionais, plurinacionais, bilaterais e bi-regionais.

Tudo isso tende a reforçar o papel da normalização internacional como denominador comum para facilitar o acesso aos mercados. Porém, implica em dois pontos:

1. No reforço da visão estratégica da normalização;
2. No aprofundamento dos processos de informação, disseminação, coordenação e planejamento das atividades de normalização.

A constituição da Organização Mundial do Comércio teve um impacto decisivo no processo de normalização no comércio internacional.

A opção de não participar da normalização internacional significa tomar a decisão de se fechar exclusivamente no seu mercado nacional e não acompanhar o desenvolvimento tecnológico e o processo competitivo.

O processo de normalização internacional representa a oportunidade de participar e se beneficiar da negociação, seja pelo acesso aos desenvolvimentos tecnológicos, seja pela possibilidade de influenciar os seus resultados e defender os seus interesses.

Por outro lado, como a regulamentação técnica, cada vez mais, se apóia na normalização, aumenta a sua importância para a competitividade das empresas. Do mesmo modo, a normalização é, cada vez mais, referência para o desenvolvimento de produtos e a chave para o acesso aos diferentes mercados. Os responsáveis pela regulamentação técnica tendem a participar de modo crescente no processo de normalização, na tentativa de influenciar os seus resultados.

Os regulamentos técnicos são obrigatórios e, conseqüentemente, podem, muitas vezes, criar restrições ao comércio. Classicamente, o enfoque da regulamentação técnica é a segurança de pessoas e bens, a proteção do consumidor, proteção do ambiente, medidas sanitárias e fitossanitárias e a segurança nacional. Objetivamente, trata-se de regulamentar quando há a percepção de

que o uso de normas voluntárias não é suficiente para assegurar a proteção esperada pela sociedade.

Apesar de, até então, ser relativamente bem-sucedida nas exportações, a falta de normalização no agronegócio pode complicar o papel do Brasil no cenário mundial. Diante disso, se torna fundamental e urgente o investimento em políticas de normalização. Neste processo de reformulação da normalização, é de suma importância o envolvimento do setor privado, para que as normas realmente reflitam as diferentes expectativas de todas as partes interessadas.

ESTRATÉGIA

Atualmente, no agronegócio no Brasil, os mecanismos de garantia de qualidade ainda são essencialmente implementados pelo setor público.

Não obstante, fica cada dia mais definida a impossibilidade de o governo acompanhar, com os investimentos

necessários, a evolução da demanda por fiscalização e inspeção.

Assim, é fundamental para o País o desenvolvimento e uso de ferramentas como a normalização, a regulamentação técnica e avaliação da conformidade, como meios para o desenvolvimento econômico do setor.

Agora, passa a ser imprescindível identificar as normas e os regulamentos técnicos existentes (no Brasil e nos demais países e blocos econômicos estratégicos), caracterizar a demanda por normalização nacional, cruzar estas informações e traçar uma estratégia de inserção e ampliação ao mercado internacional. O desenvolvimento de um plano estratégico de normalização para as cadeias agroindustriais com a participação de todas as partes interessadas (governo, empresas, entidades de classe, academias etc.) é a chave para o atual e, principalmente, o futuro acesso a mercados pelo agronegócio brasileiro. ■

* Consultor em normalização e regulamentação técnica.

E-mail: alexandregarrit@uol.com.br